

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio do Estado

Class.: 179

Data: 14.01.92

Pg.: 8

Fazendeiros destroem reserva

Eles usaram até tratores para destruir plantações e casas dos 150 índios

Os fazendeiros de Aral Moreira que conseguiram da Justiça Federal, em caráter liminar, o direito de posse da Gleba ou Reserva Guassuty, queimaram barracos e destruíram, com tratores, pequenas plantações de subsistência dos 150 índios guarani-caiua, despejados da área na última sexta-feira. A informação é do superintendente da Funai de Cuiabá, Eudes Cardoso de Araújo, que está em Amambai acompanhando a situação. Ele disse que os fazendeiros também colocaram de prontidão, nos acessos à gleba, funcionários armados de revólveres e espingardas para evitar o retorno dos índios à área.

Crece o clima de tensão na região. Até às 16h00 de ontem, o funcionário José Antônio Flores, chefe do Posto Indígena da Funai na reserva, não havia sido liberado pela Justiça Federal. Ele está preso desde sexta-feira na sede da Polícia Federal de Ponta Porã, acusado de incitação à violência, desacato e desobediência à determinação judicial, ao tentar obstruir o trabalho da Polícia Militar, que fazia cumprir a liminar concedida no dia 18 de dezembro pela juíza federal Suzana de Camargo Gomes. Em represália, os índios seqüestraram um caminhão alugado pelos fazendeiros.

Segundo os fazendeiros, foram alugados três caminhões para facilitar a saída dos índios, para transportar pertences dos despejados até a aldeia Limão Verde, em Amambai. Um dos veículos foi apreendido pelos indígenas "em local desconhecido, com a ameaça de ser incendiado, caso não ocorram a soltura do funcio-

nário José Flores e o retorno à área desocupada". O delegado da Polícia Federal encarregado do caso deixou a critério da Justiça, arbitrar ou não um valor para a fiança do funcionário preso. O juiz Domingos Braune, da 1ª Vara Federal, foi procurado por este jornal, por telefone, por duas vezes ontem, para falar sobre o assunto, mas ele estava em audiência.

MANDADO

O administrador da Funai de Cuiabá contou que os índios estão se preparando para tentar o retorno à gleba mesmo que utilizem da violência. Eudes Cardoso esteve em contato com lideranças indígenas, conseguindo que fosse adiada a data do retorno forçado à área. "Os índios estavam dispostos a voltar de imediato à reserva", conta Cardoso. A ação foi postergada porque o departamento jurídico da Funai em Brasília promete encontrar uma saída para o assunto. "Os líderes estão dando um voto de confiança à Funai", conta Cardoso.

Antes da manifestação do setor jurídico da Funai, o Ministério Público Federal (MPF) já toma providências. O procurador da República do MPF em Mato Grosso do Sul, João Heliofar de Jesus Villar, anunciou que deveria ingressar ainda ontem ou hoje pela manhã, com mandado de segurança junto ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região de São Paulo, tentando suspender o efeito da liminar concedida pela juíza Suzana Gomes.

LEITE

Enquanto aguardam uma

definição sobre o caso, os cerca de 150 guarani-caiua despejados da Guassuty estão enfrentando problemas de alimentação na aldeia Limão Verde, em Amambai, para onde foram levados. Ali já viviam 2 mil caiua, em condições precárias. Eles vêm prestando assistência aos despejados dentro do possível, e já no primeiro dia faltou comida para todos.

Segundo um assessor da Prefeitura Municipal de Amambai, a situação dos índios no último sábado, um dia após o despejo, foi dramática, especialmente em relação às 30 crianças que pertencem ao grupo. O padre Alito, da paróquia de Amambai, levou à reserva quanto pôde receber de donativos, apenas seis latas de leite em pó e alguns fardos de macarrão. Como a comida não dava para todos, recorreu-se a índia mais antiga do grupo, que teve o poder de apontar quais as seis crianças em estado mais avançado de desnutrição que receberiam as latas. Quatro pessoas adultas, entre as mais debilitadas, foram escolhidas para receberem o macarrão.

Ontem, o prefeito de Amambai, Anilson Rodrigues de Souza, o Pregão (PT), informou que administração municipal estava tentando viabilizar, em caráter emergencial, cerca de 50 quilos de leite em pó, um para cada família. O prefeito qualificou como "deprimente" a situação dos caiua. "Também estamos com dificuldade para arumar mais alimentos", contou o prefeito. Até o final da tarde, nenhum órgão do Governo do Estado havia se disposto a auxiliar as famílias despejadas.